

JORNAL DE BRASÍLIA

Novo Congresso vota

Carrion Júnior

As cinco horas da manhã desta última sexta-feira, três dias antes do prazo constitucional, o Congresso Nacional finalizou a votação das Medidas Provisórias 294 e 295, correspondentes às bases do Plano Collor II.

Fugindo do tradicional a Medida nº 294 conseguiu ser apreciada na comissão mista e chegar ao plenário em tempo hábil, enquanto a nº 295 ia diretamente à votação.

Paralelamente, a partir das oposições, se estabeleceu, com um bom grau de inovação, um amplo fórum de debate do qual emergiu uma proposta salarial alternativa e, não fosse a intransigência do Governo, poderia até ter dado origem ao início de um pacto social.

Além destes fatos, o Congresso conseguiu votar as medidas dentro dos prazos regimentais, sem problemas de quórum, evitando a reedição e o consequente desgaste das lideranças políticas.

Estes fatos, por si só, já poderiam marcar algumas diferenças positivas em relação aos períodos anteriores.

Se fôssemos avaliar a tendência político-ideológica do novo Congresso pelas votações dos dois projetos de conversão das Medidas nº 294 e 295, onde o governo alcançou em torno de três centenas de votos e as oposições pouco mais de uma centena, seríamos levados a crer que hoje o Congresso tem um perfil

bem mais conservador que no período Constituinte. Essa situação é, provavelmente, fruto do avanço conservador no vácuo criado pelos votos brancos e nulos que, na prática, favoreceram esta ala. Na composição que se apresenta, afora as bancadas governistas lideradas pelo PFL, PRN, PDS e PTB, teríamos um centro pendular com o PMDB no meio das decisões seguido pelo PSDB e, liderando as oposições, estariam o PDT e o PT.

As derrotas do Governo em vários pontos nos projetos de conversão mostraram, contudo, a dificuldade de consolidação de um bloco consistente e sustentável governamental.

O exemplo mais dramático da madrugada das últimas votações foi a aprovação da emenda 325, do PDT, que estabeleceu, no art. 33, que os títulos de desenvolvimento econômico só poderão financiar empresas nacionais. A votação, que durou mais de uma hora, teve o peso das bancadas governistas jogando todas as cartas e sendo derrotadas. Mas houve ainda outros pontos perdidos pelo Governo, como a questão do Imposto de Renda dos mutuários, a própria tabela do Imposto de Renda, a liberação da obrigatoriedade das sociedades seguradoras aplicarem em certificados de privatizações, a continuação do cálculo do IPC, a liberação de cruzados para pagamento de finan-

9 MAR 1991

ciamentos agrícolas e tantos outros itens. É bom lembrar, contudo, que todos estes pontos ainda podem ser vetados pelo presidente Collor e, assim, sofrerem nova apreciação Legislativa.

Outra questão central que este primeiro teste do Congresso mostrou é que, em sua grande maioria, os partidos e os parlamentares não estão inclinados a assumir maiores responsabilidades com relação às políticas públicas. Se são parlamentaristas, como mostram as pesquisas, não agem como tal. Pois, se assim fossem, teriam rejeitado as duas medidas provisórias, já ser consensual que são diminutas as chances de sucesso da atual política econômica, bem como os malefícios que ela causará nos próximos meses.

Três quartos dos congressistas preferiram lavar as mãos a forçar o Governo, pela rejeição global, a sentar-se com o Congresso a definir corresponsavelmente um novo pacto social.

O novo Congresso votou exaustivamente durante três dias e já deixou transparecer como é, como será e o que pode esperar o povo brasileiro da próxima reformulação constitucional.

□ Carrion Júnior é economista, professor titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e deputado federal pelo PDT-RS.